Prefeitura de SP aponta irregularidades no aplicativo Uber

O modelo de negócio utilizado pelo aplicativo de celular Uber — que conecta motoristas a usuários que procuram transporte — não apresenta emissão de notas fiscais, nem recolhimento de impostos sobre Serviço (ISS) ou sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As informações são de um [relatório](#) elaborado pelo Departamento de Transportes Públicos (DPT) da Secretaria de Transportes da cidade de São Paulo ao qual a revista eletrônica **Consultor Jurídico** teve acesso.

O aplicativo pôde voltar a funcionar na última segunda-feira (4/5), após a juíza Fernanda Gomes Camacho, da 19ª Vara Cível de São Paulo, extinguir a medida cautelar solicitada pelo Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores das Empresas de Táxi do Estado de São Paulo (Simtetaxis). Na decisão, a juíza argumentou que a ação judicial deveria ter sido encaminhada pelo Ministério Público.

Na liminar; que havia sido concedida pelo juiz Roberto Luiz Corcioli Filho, da 12ª Vara Cível; além da proibição do serviço, era determinado que Google, Apple, Microsoft e Samsung não fornecessem o aplicativo em suas lojas na internet. A pena estipulada em caso de descumprimento era de R\$ 100 mil por dia.

Para a representante do Simtetaxis, a advogada **Ivana Có Galdino Crivelli**, a decisão da 19ª Vara demonstrou “pouco caso em relação à responsabilidade de proteger os direitos requeridos”. Segundo ela, o entendimento da corte foi muito particular e “não analisou os méritos da questão”, pois as verbas recebidas pelos taxistas são utilizadas para sustento.

A advogada lembra que o Supremo Tribunal Federal já havia pacificado a questão da capacidade de agir do sindicato. Em 2008, o ministro do STF Gilmar Mendes afirmou que a “corte firmou o entendimento segundo o qual o sindicato tem legitimidade para atuar como substituto processual na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria que representa”.

Um ano antes, outro ministro do STF, Dias Toffoli, também mencionou parecer sobre o assunto: “O [art. 8º, III, da Constituição Federal](#) estabelece a legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam. Essa legitimidade extraordinária é ampla, abrangendo a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores”.

Precarização do trabalho

Além das questões tributárias, o documento do DTP também aponta outras irregularidades, entre elas, exercício ilegal da profissão, falta de vistoria nos veículos utilizados e inexistência dos registros necessários para exercer a atividade de transporte individual.

“O modelo de negócio (do Uber) acabou gerando a precarização dos postos de trabalho”, afirma Crivelli, complementando que a concorrência criada pelo aplicativo é “predatória”.

A advogada ressalta que o Uber faz o registro dos motoristas por meio de Pessoa Jurídica e que essa prática caracteriza fraude contra o poder público, pois sonega impostos, como o ISS e o IR, além de

encargos trabalhistas e previdenciários.

A Lei 12.468/2011, que regulamenta a profissão de taxista, detalha que o profissional interessado em exercer essa atividade necessita de carteira de trabalho (CTPS) assinada, para os condutores empregados, e inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ainda que o condutor seja autônomo.

Segundo comunicado da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), os aplicativos que estabelecem um valor para o transporte, independente da quantia, atuam de forma ilegal, pois possuem características de um transporte aberto ao público, mediante remuneração.

A advogada cita que o aplicativo já foi proibido em outros países, entre eles, Espanha, França, Bélgica, Holanda, e no estado da Califórnia, nos EUA.

Até o dia 8 de abril deste ano, segundo o DPT, 17 veículos que atuavam no transporte irregular de passageiros foram apreendidos desde que o aplicativo começou a funcionar em São Paulo, em julho de 2014.

Mercado de luxo

O Uber é um aplicativo que oferece serviço de transporte em carros de luxo. O valor cobrado pelo serviço é o mesmo, independentemente do horário e do destino. O sistema que conecta motoristas comuns e passageiros está presente em 57 países.

Em problemas apresentados no passado, a companhia que controla o aplicativo sempre ressaltou que “não é uma empresa de táxi, muito menos fornece este tipo de serviço, mas sim uma empresa de tecnologia que criou uma plataforma tecnológica que conecta motoristas parceiros particulares a usuários que buscam viagens seguras e eficientes”.

Em artigo publicado na **ConJur**, a advogada C6 Crivelli afirmou que a utilização da tecnologia não é questionada, “visto que os taxistas não reclamam ao Ministério Público sobre as empresas de tecnologia que utilizam seus aplicativos para colocar o consumidor em contato com um taxista”.

De acordo com a advogada, A Uber fez a opção de associar na composição de seu modelo de negócio à oferta pública de serviços de motoristas não taxistas para atender ao transporte público individual remunerado de passageiros, podendo, os motoristas, serem responsabilizados criminalmente pelo exercício ilegal de profissão.

Date Created

07/05/2015